



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

Órgão do Partido  
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020

Nº 23 - 28/5/2024



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

## **Combater o avanço da militarização nas escolas públicas! Abaixo as escolas cívico-militares! Em defesa da escola pública, democrática e laica!**

A aprovação do PL 9/2024, que institui as escolas cívico-militares em São Paulo, é mais um passo da intervenção do Estado policial na educação do país. A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou o projeto do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), 54 a 21 votos. A oposição parlamentar, liderada pelo PT e PSOL, se mostrou incapaz de impulsionar um movimento que levantasse os estudantes, professores, funcionários e pais contra esse ataque obscurantista ao ensino público. A pequena manifestação de secundaristas foi reprimida duramente. A Polícia Militar realizou prisões para impor a ordem do governador bolsonarista.

A União Brasileira de Estudantes Secundarista (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE) foram omissas. Permitiram que o governador, prefeitos e parlamentares da ultradireita ficassem com as mãos livres para fazer uma rápida manobra e assim decidissem a questão sem maiores consequências políticas e sociais. Trata-se da responsabilidade da UBES e UNE, dirigidas pelo PCdoB, PT e PSOL, sobretudo. Esse acontecimento expôs a falência política das direções que controlam as organizações da juventude estudantil. Mas a responsabilidade não se limita às entidades estudantis. Os sindicatos de professores e funcionários igualmente carregarão nas costas as consequências autoritárias da implantação das escolas cívico-militares no estado de São Paulo. A Apeoesp, Sinpeem e Afuse estão igualmente sob o controle ou influência da política de colaboração de classes do PT, PCdoB e PSOL.

A derrota legislativa se deu nas condições de desorganização do movimento de estudantes, professores e funcionários. Por não ter havido um movimento de luta desde as escolas, a derrota foi tão somente da política de colaboração de classes dos reformistas e oportunistas que se valem das organizações da juventude e dos trabalhadores para desenvolver uma linha de oposição burguesa, que tem por conteúdo a colaboração e a negação da luta de classes. É preciso dizer claramente que Tarcísio e Nunes foram adiante com o projeto do ex-presidente Bolsonaro de implantar pela via federal o Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Embora o governo ultradireitista tenha conseguido introduzir o Pecim em cerca de 200 escolas de um universo de 178,3 mil – número considerado pequeno –, pavimentou o caminho para os governadores e prefeitos avançarem nesse objetivo policial-escolares.

Lula extinguiu o “modelo Pecim”, mas não enfrentou o seu enraizamento em vários estados. Sob o governo de Dilma Rousseff, em 2013, “estima-se que o Brasil tinha 39 escolas militarizadas, número que atingiu pelo menos 816 escolas em 2023, impulsionadas pelo Pecim”. Essa informação mostra que a extinção de cerca de 200 escolas cívico-militares erguidas por Bolsonaro representa “menos de 15%”.

O objetivo de colocar as escolas públicas sob a tutela das Forças Armadas e da Polícia vem sendo cultivado desde 1990. Trata-se de uma herança de 21 anos de ditadura militar. Na sombra da redemocratização, a fração burguesa oligárquica que exerce ampla influência sobre o Estado garantiu o continuísmo do poder militar sobre a vida social do país. É inconcebível para a burguesia a existência de uma escola pública democrática, que implica a mais ampla liberdade de ensino, elaboração curricular, organização estudantil e manifestação sindical e política.

As tentativas de democratização da escola pública em alguns estados se esgotaram rapidamente, na medida em que a crise social e as tendências da luta de classes se potenciaram. A ideia de que a escola deveria estar integrada à “comunidade” e por ela controlada não passou de um sonho dos reformistas. Ao contrário, os governantes se mostraram suscetíveis às pressões dos militares e da polícia para que impusessem uma disciplina de quartel. Não tendo como contornar a crise social potenciada pelo desemprego massivo da juventude e pela pobreza e miséria; não tendo como reverter a proliferação da criminalidade, das drogas e da marginalidade – expressões do capitalismo em decomposição –, o Estado não tem outra

resposta a não ser impor uma ordem militarista e policial, cujas consequências são de esmagamento da escola pública e de imposição da violência institucional desfechada contra a juventude que se rebela, de uma forma ou de outra. Nessas condições, a escola pública traz para dentro de si e reflete as chagas da sociedade de classe, que não tem como incorporar a juventude no trabalho e no ensino.

Os pressupostos militaristas de uma escola pública regida pela força policial, como a forma de garantir uma disciplina de ferro e uma aprendizagem dirigida por uma hierarquia estatal-burocrática e privada, certamente fracassarão. O resultado será o de reforçar a ditadura de classe da burguesia sobre os explorados e, em particular, sobre a juventude oprimida.

A questão da disciplina garantida pelos métodos da repressão policial vem acompanhada de pressupostos ideológicos. Seus defensores se valem da justificativa de que a indisciplina e a violência que se manifestam no interior do sistema escolar público são causadas pela falta de uma cultura patriótica e religiosa. Sem essa cultura, a escola se encontra desajustada quanto aos objetivos de promover os valores da família e cultivar na juventude o respeito à hierarquia e à autoridade estatal. Com as escolas cívico-militares, a disciplina viria de fora para dentro e a gestão escolar concentraria em suas mãos a consecução de tais valores. Seria cívica porque o ensino continuaria sendo ministrado pelo corpo docente. Seria militar porque a polícia responderia pela disciplina individual e coletiva. Assim, se soldariam duas funções do Estado, que são realizadas pela Secretaria da Educação e a Secretaria de Segurança Pública. Os responsáveis pela política educacional contariam com uma gestão externa. Os responsáveis pela disciplina e hierarquia contariam com o poder das armas, dos processos judiciais e das prisões. Essa moldagem fundiria os valores cívicos e morais com os valores da disciplina militar. Essa é a fisionomia político-ideológica construída pela direita e ultradireita burguesas. No fundo, se encontram as raízes do determinismo fascista.

Os ideólogos, politíqueiros e profissionais que procuram modelar a escola pública à semelhança dos quartéis estão obrigados a ocultar as causas de sua degradação. Para isso, inventam causas ideológicas. A escola estaria sendo “esquerdizada”, de forma que se afastou de valores familiares, religiosos e patrióticos. Sendo assim, se tornou uma porta de entrada da anarquia social. A violência entre a juventude, e desta contra os professores e autoridades escolares, seria causada por uma educação divorciada da família e da religião, sobretudo. O problema da aversão da juventude à própria escola e da negação à aprendizagem nasceria da perda de valores. As drogas teriam invadido a escola pública porque a juventude se encontra desajustada, devido ao seu afastamento da organização familiar, das instituições religiosas e das diretrizes do Estado. O conhecimento e a orientação cívico-moral estariam debilitados por ideologias incompatíveis com a estrutura familiar e com os valores educacionais assentados na disciplina derivada do Estado. O movimento identitário que trata de questões como racismo, orientação sexual, feminicídio etc. teria descaracterizado a educação e desviado de sua função de disciplinar socialmente a juventude. A solução viria de uma mudança estrutural da instituição escolar, que passaria a funcionar sobre a base da interação do civismo e do militarismo.

A pouca experiência com a implantação da escola cívico-militar em alguns estados é suficiente para se ter o prognóstico de que fracassará. Isso porque a ideologia não se sustenta em um castelo de valores burgueses e à base do disciplinamento policial. Qualquer que seja o valor estabelecido pela classe dominante na sociedade de classe se apoia e reflete as relações de produção, propriedade e exploração da força de trabalho. A rejeição instintiva e em grande medida anárquica aos “valores” considerados eternos pela juventude se origina no esgotamento histórico do capitalismo. Trata-se de uma fase em que sob a gigantesca massa de riqueza concentrada em poder de uma minoria burguesa impera a barbárie social.

No Brasil, milhões de jovens nunca tiveram um emprego, socorrem-se com o subemprego, passam todo tipo de privação e não chegam a ingressar no ensino médio. Eis por que 11,4 milhões de jovens e adultos são analfabetos. E os que são alfabetizados, em sua maioria, se encaixam na categoria de semialfabetizados. Esses números gigantesco são indicadores da falência da burguesia em criar fontes de trabalho e garantir acesso de todos à educação. É sabido que uma parcela significativa de jovens de famílias operárias e camponesas acaba sendo empurrada para a criminalidade e em especial para o narcotráfico.

A parcela que escapa a essa condição passou por uma escola desvinculada da produção social. Não pôde desenvolver suas faculdades intelectuais que dependem da unidade entre a teoria e a prática, entre o conhecimento realizado na escola e o trabalho. Está fadada a enfrentar a pobreza e a miséria.

Não é por falta de estatística que os defensores da escola cívico-militar e da ideologia ultradireitista da “Escola sem Partido” escondem a realidade crua e nua que alimenta o divórcio e o antagonismo da juventude proletária e camponesa com a escola que a burguesia lhe oferece. O sistema privado de ensino, povoado pela juventude de classe média, não é motivo para o programa da escola cívico-militar. E os militares têm suas próprias escolas, mantidas pelo Estado. Certamente, os idealizadores da escola cívico-militar se apoiam nesse tipo de escola de casta e no do sistema privado. No fundo, são privatistas. Não por acaso, se comprovam denúncias de que os policiais estão criando negócios privados no monitoramento de escolas cívico-militares. Utilizam-se de recursos públicos para favorecer organizações privadas que terceirizam, elaboram materiais didáticos e concorrem no mercado de apostilas.

O projeto de Tarcísio prevê um salário ao policial aposentado maior do que o dos professores, podendo ir de R\$ 6.271,75 a R\$ 9.392,62 mensais. Enquanto se cria uma leva de policiais aposentados que vai parasitar a escola pública, milhares de professores se acham na condição de contratados precários, tendo de trabalhar por mais 40 horas semanais, recebendo até R\$ 5.000,00 bruto - com o desconto do INSS, na melhor das hipóteses, seu salário não ultrapassa R\$ 4.000,00. Uma vasta camada de contratados precários não consegue as 40 horas semanais. A precarização brutal do trabalho do professor e do funcionário não só é mantida pelos governos, como essa política privatista tende a ser cada vez mais ampliada. Basta levar em conta o conjunto dos fatores econômicos e sociais que estão na base da decadência do sistema público de ensino e da situação caótica da juventude, para se evidenciar o caráter reacionário do movimento burguês pela implantação da escola cívico-militar. Por outro lado, expõe pela negativa a incapacidade do reformismo burguês e pequeno-burguês de combater e derrotar a movimentação da direita e ultradireita voltada a reprimir a revolta da juventude.

A aprovação do Projeto do governador Tarcísio tão somente reforça o avanço nacional da escola cívico-militar. O peso do estado de São Paulo manterá a região Sudeste e Sul como o carro-chefe do programa de Bolsonaro de submeter a escola pública ao controle policial. O estado do Paraná tomou a dianteira desde 2019, aplicando o Pecim e criando escolas cívico-militares do estado. O Pecim, na realidade, deu partida a um movimento político voltado à estruturação das escolas cívico-militares, em consonância com a força política que comanda cada estado. Apoiar-se juridicamente na autonomia de cada ente federativo de reger a escola pública. Na ausência do Pecim, o programa se manteria sob a gestão de governadores e prefeitos alinhados com a direita e ultradireita obscurantista. A extensão da rede de escolas cívico-militares para o estado de São Paulo ocorreu precisamente quando Lula revogou o Pecim. Nota-se que os governadores, que foram ou que são adeptos do bolsonarismo, trabalham a partir de seus estados para sustentar o caráter nacional da escola cívico-militar como foi concebida pelo Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Sem resistência do próprio governo federal e das forças políticas da esquerda reformista, Tarcísio assegurou a existência do Pecim sob a máscara de um projeto estadual e do princípio da autonomia dos estados diante da centralização que cabe à União. A marcha concreta que avança a instalação da escola cívico-militar sobrepõe-se à centralização da União e anula a decisão do governo Lula de revogação do Pecim. Essa manobra dos bolsonaristas chega ao seu ponto alto no estado de São Paulo. É bom lembrar que Tarcísio foi buscar o ex-secretário da Educação do Paraná, Renato Feder, justamente para implantar a escola cívico-militar e promover a intervenção privada no sistema de educação pública. A “plataformização” arquitetada por Feder segue as diretrizes privatizantes e ditatoriais.

A luta para derrubar a escola cívico-militar depende da mobilização estudantil-docente. Deve ser um levante que vai da educação básica à universitária. Os campi já estão militarizados pela presença ostensiva da polícia. A juventude, professores e funcionários estão diante de uma política mercantilista e militarista. Trata-se de levantar as bandeiras de “Fim da escola cívico-militar” e pelo “Ensino público, democrático e controlado por quem estuda e trabalha”. Essas bandeiras imediatas correspondem ao programa da classe operá-

ria e dos demais trabalhadores de estatizar por completo o sistema educacional, estruturar o sistema único de educação pública e estabelecer o fundamento científico da escola, que se assenta na unidade entre a teoria e a prática, aprendizagem escolar vinculada à experiência na produção social. Por essa via, se acabará com a intervenção do empresariado, da religião e dos militares na escola. Uma escola regida pelo princípio do sistema único, gratuito, científico e laico elevará a cultura, o conhecimento exigido pelo progresso das forças produtivas e o método da crítica. A liberdade de expressão, organização e manifestação florescerá de acordo com as condições da luta de classes e com o programa estratégico de transformação das relações capitalistas de produção em relações socialistas, da substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social.

O enfrentamento à escola cívico-militar faz parte da luta contra a mercantilização da educação, e, portanto, pela estatização do sistema privado. A juventude oprimida e os trabalhadores da educação encarnarão a tarefa democrática de eliminar a mercantilização do ensino e a intervenção de forças estranhas ao processo de formação científica, que hoje se acha praticamente extinto na escola burguesa decadente. Por ser uma tarefa democrática-burguesa, caberia à própria burguesia impulsional-la. Ocorre, porém, o oposto, com o intervencionismo do Estado-policial e das forças políticas da burguesia, que sufocam o ensino científico e crítico, e que esmagam a capacidade criadora da juventude, que se encontra diante de uma escola divorciada da produção social. A escola cívico-militar se choca com a tarefa democrática de colocar o processo educacional nas mãos de quem estuda e trabalha. O outro lado da questão está em lutar pelo acesso de toda a juventude à produção social e à escola. O que implica a defesa do emprego a todos, de um salário compatível com as necessidades da família trabalhadora e a adoção de uma jornada de trabalho que combine com a jornada de estudo. Esse programa de transformação democrática da escola e de defesa da força de trabalho da juventude, certamente, é ponto de partida para combater a escola burguesa putrefata e as suas variantes que chegam à negação completa da escola pública, como é o caso da escola cívico-militar. É imperativo deixar claro para a juventude e os trabalhadores em movimento que a tarefa democrática das transformações educacionais é parte e subproduto do programa da revolução proletária, que transformará as relações de propriedade e abrirá caminho para a construção do socialismo e superação da sociedade de classes.

A vanguarda e as camadas mais avançadas da juventude e dos trabalhadores que podem contrapor-se à marcha antidemocrática da escola cívico-militar estão obrigadas a assumir o programa das transformações socialistas. Está patente que o capitalismo já não comporta reformas estruturais. Justamente por isso, afundam as boas intenções dos reformistas e se erguem as fatídicas intenções da ultradireita, que impõe as contrarreformas. A escola cívico-militar é mais uma peça das contrarreformas, que vão das relações trabalhistas ao funcionamento da educação.

As burocracias estudantil e sindical, por reproduzirem a política de conciliação de classes e se agarrarem à utopia das reformas renovadoras do capitalismo, sucumbem diante dos ataques da ultradireita burguesa, cuja força política se encontra no grande capital e, em particular, nas suas frações oligárquicas. Não podem assumir e lutar pelas tarefas democráticas que cabem à educação. Sua impotência, nesse sentido, se mostrou de corpo inteiro diante da institucionalização da escola cívico-militar pelo governo Tarcísio. A subordinação da luta pelas tarefas democráticas às eleições e às bancadas parlamentares conduz à impotência e, conseqüentemente, à capitulação. Graças à desorganização da classe operária e da juventude oprimida, a burguesia vem impondo as contrarreformas. Essa contradição reflete a crise de direção. Os explorados carecem de uma direção que elabore, domine e trabalhe por um programa próprio, que por sua natureza de classe é antagônico à política e às medidas contrarrevolucionárias. A luta contra a escola cívico-militar somente pode ser assumida pela juventude e pelos trabalhadores se se colocar pelo programa das transformações democráticas como parte das transformações socialistas.

***O Partido Operário Revolucionário combateu e combate a escola cívico-militar com o programa democrático que passou das mãos da burguesia para as da classe operária. Esse Manifesto se dirige à juventude oprimida, aos trabalhadores da educação e ao conjunto dos explorados, conclamando as direções políticas, sindicais e estudantis para que rompam com a paralisante política de conciliação de classes, que convocam assembleias para organizar a luta coletiva voltada a derrubar o programa educacional de Tarcísio/Feder e acabar com a escola cívico-militar. O ponto de partida se encontra nas bandeiras “Fim da escola cívico-militar” e pelo “Ensino público, democrático e controlado por quem estuda e trabalha”. Essa luta não se circunscreve ao estado de São Paulo. Trata-se de um movimento nacional para derrotar a ofensiva da ultradireita obscurantista.***